

RELATÓRIO DA SUB-COMISSÃO: FINANÇAS II

Quanto ao documento 122

Ementa:

Da JPEF referente ao relatório do presidente da JPEF

A CE-SC-IPB 2006 RESOLVE

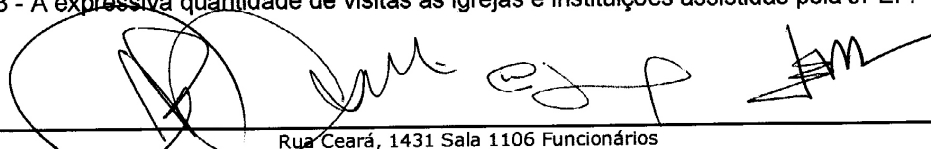
1 - Tomar conhecimento

2 - Aprovar com os seguintes destaques:

2.1 - O aumento significativo da receita com aluguéis.

2.2 - As auditorias realizadas na JMN, APMT e RPC, e PMC

2.3 - A expressiva quantidade de visitas as igrejas e instituições assistidas pela JPEF.



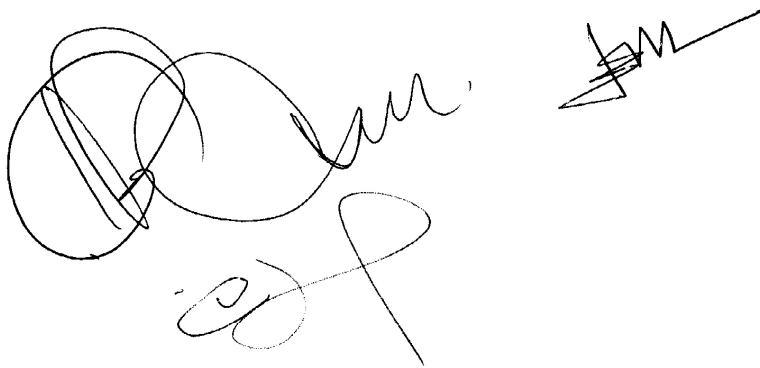
Rua Ceará, 1431 Sala 1106 Funcionários
30150-311 Belo Horizonte - MG TeleFax: 31 - 3222-9026, 3222-7121
E-mail: rev.ludgero@terra.com.br - www.executivaipb.com.br
Amilisa

2

2.4 - O atendimento financeiro em caráter de empréstimo a 22 igrejas e uma escola no valor de R\$ 1.352.337,80 no ano de 2005.

3 - Parabenizar a JPEF pelo excelente trabalho no presente exercício.

Sala das Sessões, 21 de março de 2006.





**IGREJA PRESBITERIANA DO
BRASIL**
SECRETARIA EXECUTIVA

Protocolo

122

COMISSÃO EXECUTIVA DO SC – 2006
20 a 25 DE MARÇO – SÃO PAULO - SP

Belo Horizonte, 15 de março de 2006.

A Comissão Executiva do
Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil
Rev. Roberto Brasileiro Silva
MD Presidente

Estimado irmão,

Anexo documento conforme ementa abaixo para consideração e juízo da Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil reunida neste mês de março de 2006 na capital paulistana.

Doc. da JPEF referente a Relatório do Presidente da JPEF

Registrando meu apreço e consideração em Cristo, remeto o documento.

Rev. Ludgero Bonilha Morais
Secretário Executivo do Supremo Concílio da
Igreja Presbiteriana do Brasil

	Igreja Presbiteriana do Brasil
PROTOCOLO Nº 122	
Destino: <u>Sub Com II</u>	
Rev. Roberto Brasileiro Presidente do SC/IPB	
Data: 20/03/2006	

XCV

A
COMISSÃO EXECUTIVA DO SUPREMO CONCÍLIO

A Junta Patrimonial Econômica e Financeira, reunida ordinariamente em Cachoeiro do Itapemirim – ES, de 06 a 08 de março de 2006, quanto ao documento encaminhado a ela referente a **Relatório do Presidente da Junta Patrimonial, Econômica e Financeira – JPEF**, tomou a seguinte resolução:

DOC. 19 – Relatório do Presidente da Junta Patrimonial, Econômica e Financeira – JPEF – A JPEF resolve: 1. Toma-se conhecimento e 2. Encaminha-se à CE/SC-IPB

Sendo o que temos a informar, subscrevemos a presente.

Fraternalmente,

Cachoeiro do Itapemirim, 08 de março de 2006

Rev Gerardo Silveira Filho
Secretário da JPEF/IPB

Secretaria Executiva
do Supremo Concílio da
Igreja Presbiteriana do Brasil

14 MAR. 2006



RELATÓRIO

Janeiro a dezembro de 2005

Doc 19
1. Nome de documentos
2. A CE/SE para P m
aprovada -
08/03/06
Alfredo

I - COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

A Junta Patrimonial, Econômica e Financeira foi criada pela Resolução XXV do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, de julho de 1970, como órgão de assessoramento financeiro e com as atribuições contidas em seu Regimento Interno. A CE-SC/IPB de março/99 aprovou resolução de modificação de parte do RI da Junta.

Seus membros titulares e suplentes são eleitos pelo Supremo Concílio da IPB, tendo a reunião ordinária de Julho/2002, na cidade do Rio de Janeiro, eleito a atual Junta, integrada pelos seguintes membros: Presb. José Alfredo Marques de Almeida (presidente), Rev. Geraldo Silveira Filho (secretário), Presb. Célio de Sena Torres (tesoureiro), Presb. Ortêncio Alves da Rocha, Rev. Marcos José Almeida Lins, Presb. Marco Túllio Vasconcelos e Presb. Hermes Peyneau, e suplentes Rev. Marcio Tadeu De Marchi, Presb. Wilson José Lopes e Presb. Waldomiro de Oliveira Barbosa Júnior.

O quadro de pessoal consiste de um funcionário, trata-se do Administrador do Patrimônio, Presb. Ruy Carlos Mattos Griffó, admitido conforme resolução da CE-99/IPB, doc. nº LXXII. O escritório do administrador funciona graciosamente nas dependências da Igreja Presbiteriana da Glória – Vila Velha - ES, sito na Av. América, 80, Glória, Vila Velha, ES, cep 29106-140, com os seguintes telefones para contatos: (27) 3339-4293 ou 3340-5200.



II - DOS IMÓVEIS

2.1 – Aluguéis

A renda de aluguéis apresentou significativo aumento em relação em ano anterior. A bem da verdade desde 1999 vem apresentando aumentos consecutivos, excetuando o ano de 2003. Os imóveis em Brasília apresentaram no período uma receita total de R\$ 598.909,54 (quinhentos e noventa e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e quatro centavos), considerando-se neste valor receitas de multas contratuais, rendimentos de aplicações e receitas diversas. A este valor soma-se a receita do imóvel de Matupá, ora locado Município de Matupá e servindo como escola da rede Municipal de ensino, no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais). De tais valores além dos repasses convencionais aos Seminários de Brasília (R\$ 220.692,18) e do Sul (R\$ 12.000,00) debitam-se ainda eventuais despesas de manutenção e custeio, bem como valores despendidos com o Rev. João Herivaldo Costa visando o acompanhamento e recebimento dos alugueis de Matupá.

Em relação ao exercício anterior houve acréscimo em decorrência dos reajustes e renovações de contratos. O resultado da receita dos aluguéis de 1999 a 2005 apresenta a seguinte evolução:



2.2 – Cadastro Imobiliário

Quanto ao controle de imóveis, encontra-se atualizado e individualizado com cadastro próprio e em poder do Administrador da JPEF, de forma que possam ser facilmente consultados pela JPEF ou por alguém interessado. Quanto às buscas na localização e identificação de imóveis não cadastrados é alvo de processo continuado.

Atualmente temos 374 imóveis. Neste ano houve apenas um único imóvel acrescido em relação ao ano passado.

III - ORÇAMENTO DA IPB

A proposta de Orçamento da Igreja Presbiteriana do Brasil para o ano de 2005 obedece aos termos da **Resolução SC-IPB-2002, Doc CIX** que aprovou o Plano de Diretrizes Orçamentárias.

Registra-se com grande alegria que os resultados financeiros foram bastantes otimistas e ultrapassaram a proposta orçamentária em 5,58%, entretanto, tal resultado não nos deve remeter a um clima de exacerbada euforia. A vigilância e o controle sobre as receitas e gastos devem ser permanentes.

Para o ano em curso a Junta Patrimonial prevê um incremento da receita da ordem de 7,7% sobre as receitas de dízimos, correspondendo a R\$ 10.271.280,00 (dez milhões, duzentos e setenta e um mil, duzentos e oitenta reais), já embutido neste percentual a reposição da inflação e um aumento real da ordem de 5%. As projeções da receita de aluguéis apontam para algo em torno de R\$ 600.000,00 ao ano.

Em documento próprio, a Junta encaminha para apreciação e aprovação desta CE/SC sucinta exposição dos motivos norteadores da elaboração da proposta orçamentária, acompanhada da respectiva planilha.

IV - ATIVIDADES DIVERSAS

4.1 – Exame de Contas e Documentos da Tesouraria da IPB

Esta Junta procurou acompanhar, através de balancetes da IPB, o cumprimento das recomendações feitas a diversos órgãos componentes da contabilidade da IPB, relacionadas à observância do regimento Interno da tesouraria, no que diz respeito ao manuseio de valores, documentação válida para prestações de contas, conferência dos saldos bancários, dentre outras.

Excetuando a Secretaria Executiva que precisou de aporte de recursos (reforço de verba) no transcurso do ano, até compreensível pelo volume de serviços e demandas, bem como a rubrica de reunião, os demais órgãos apresentaram despesas compatíveis com o orçamento aprovado.

Ainda no cumprimento das atribuições realizou-se o acompanhamento trimestral da Tesouraria da IPB com exame das contas e dos documentos tramitados pela Tesouraria ao longo do exercício de 2005, adotando-se o critério da amostragem, cujo relatório técnico e



específico juntamente com as demonstrações contábeis ou financeiras são encaminhados à CE-SC em documento próprio para fins de conhecimento e aprovação.

4.2 – Auditorias Diversas

A Junta Patrimonial procedeu a auditorias externas na JMN, APMT e RPC, cujos relatórios e pareceres seguem em documento apartado. Foram também examinadas as prestações de contas da Presidência do SC, Secretário Executivo, Tesoureiro, CRIE e CNE, fazendo-se as observações e ressalvas necessárias, bem como solicitando as informações pertinentes, com vista a uma regular e transparente prestação de contas.

4.3 – Confederações Nacionais

Foram realizados exames nas contas das Confederações Nacionais dos Homens, do Trabalho Feminino, da Mocidade e da Adolescência, cujos pareceres são encaminhados a esta CE-SC, em expedientes próprios, conforme item VI do artigo 2º do RI da Junta Patrimonial, para fins de apreciação e aprovação.

4.4 – Visitas Realizadas – Registramos que no decorrer do ano a presidência da JPEF esteve nas cidades de Nova Friburgo, RJ nos dias 12 e 13 de agosto, no Congresso Presbiterial de Plantação de Igrejas e em Campo Formoso, Bahia, nos dias 13 a 15 de outubro, participando do 5º Fórum Nordeste de Ação Social em ambas as oportunidades foram dadas palestras e informações sobre a tesouraria da igreja, a evolução dos dízimos e um trabalho de conscientização junto às respectivas regiões, motivando as Igrejas a um compromisso de fidelidade para com o SC/IPB.

Além das visitas acima, estivemos presentes nas seguintes cidades, cumprindo determinações e ou atendendo a interesses da Comissão Executiva:

- **Porto Alegre, RS**, em 09 de setembro, integrando a Comissão de Estudos para elaboração de um Projeto de Evangelização do Estado do Rio Grande do Sul;
- **Campo Grande, MS**, em 26 de setembro, integrando a Comissão Especial para estudo e revisão do Estatuto da Associação Beneficente Douradense – ABD;
- **Alta Floresta, MT**, nos dias 06 e 07 de outubro, integrando Comissão criada pela CE/SC para elaboração e aprovação do novo Estatuto da entidade mantenedora da Escola de Alta Floresta.
- **Londrina, PR**, no dia 26 de outubro, em visita ao CEBRAPI, para fins diligência quanto a entrada de recursos externos nos projetos do PMC.

Por ocasião das visitas as cidades de Alta Floresta e Campo Formoso, conhecemos diversas Igrejas e campos da JMN, nas cidades de Lucas do Rio Verde, Matupá, Sorriso, Guarantã do Norte, Peixoto de Azevedo, Nova Mutum, Sinop, Colider, Rosário Oeste, no Estado do Mato Grosso e as cidades de Ruy Barbosa, Salvador, Wagner, Mairi e Senhor do Bonfim, no Estado da Bahia.

V - FUNDO DE EMPRÉSTIMO

O Fundo tem sido um grande abençoador de nossas Igrejas. A partir da administração passada, mais precisamente após o Supremo Concílio de 1999 o mesmo teve um grande incremento em suas atividades, passando com isso a alcançar um expressivo número de Igrejas. Desde sua implantação, já foram liberados 176 empréstimos com assinatura dos respectivos contratos, dos quais temos ainda em Carteira 123 contratos em regular andamento.

No exercício sob análise, foram concedidos empréstimos e refinanciamentos que atenderam a 22 (vinte e cinco) Igrejas Presbiterianas e uma Escola em caráter excepcional, no valor total de R\$ 1.352.337,80 (um milhão, trezentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e sete reais e oitenta centavos). Abaixo relação das Igrejas beneficiadas no exercício findo:

Igreja	Cidade	Valor
Campo Redondo	São Pedro de Aldeia, RJ	35.000,00
Cachoeira	Cachoeira, BA	30.000,00
Divinópolis (Refinanciamento)	Divinópolis, MG	63.363,00
1ª Belo Horizonte	Belo Horizonte, MG	80.000,00
Jardim Conceição	Campinas, SP	33.000,00
Abaira	Abaira, BA	10.000,00
São Cristóvão (Refinanciamento)	Rio de Janeiro, RJ	11.640,00
Ebenézer	Taubaté, SP	55.000,00
Colégio João Calvino	Rio Branco, AC	60.000,00
São Geraldo do Araguaia	São Geraldo do Araguaia, PA	70.000,00
Jardim Aeroporto	Itu, SP	60.000,00
1ª Itaperuna (Refinanciamento)	Itaperuna, RJ	48.436,00
Jardim Carvalho	Ponta Grossa, PR	60.000,00
1ª Cachoeiro de Itapemirim	Cachoeiro de Itapemirim, ES	165.838,50
Santa Bárbara d'Oeste	Santa Bárbara d'Oeste, SP	50.000,00
Monte Sião	Botucatu, SP	100.000,00
1ª Ponta Grossa	Ponta Grossa, PR	40.000,00
2ª Teófilo Otoni (Refinanciamento)	Teófilo Otoni, MG	8.731,00
Mairi	Mairi, BA	70.000,00
Accsita (Refinanciamento)	Acesita, MG	50.000,00
Olaria	Nova Friburgo, RJ	50.000,00
São Miguel Paulista	São Miguel Paulista, sp	100.851,80
Moriá	Salvador, BA	60.000,00
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS		1.352.337,80

A cobrança das parcelas mensais vem ocorrendo normalmente, com a expedição média de 90 boletos mensais e R\$ 87.788,55 (oitenta e sete mil, setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos) de receita mensal.

Outro dado relevante é quanto aos valores já aplicados, denominados de Ativos Realizáveis de Longo Prazo, os quais totalizam R\$ 3.456.024,36 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, vinte e quatro e quatro reais e trinta e seis centavos).

Os pagamentos são creditados em conta corrente específica, aberta no Banco do Brasil, em Cachoeiro de Itapemirim, Agência 0083-3 conta corrente 31760-8.

5.1 – Inadimplências e Denúncias

Os poucos casos de inadimplência tem sido tratados através de telefonemas ou cartas, sempre em nível fraterno de relacionamento. Quanto às denúncias oferecidas em face dos Conselhos da 1ª Igreja de Gurupi e Igreja de Laranjeiras, aos respectivos Presbitérios, a JPEF até a presente data ainda não recebeu um posicionamento oficial dos Presbitérios. Encontra-se em negociação o empréstimo da Igreja de Manancial, em Vitória, ES.

VI - ESCOLAS EM PALMAS E ALTA FLORESTA

6.1 – No Instituto Presbiteriano Educacional e Social Rev. Robert Henry Camenisch, situado em Palmas, TO, as matrículas chegaram ao limite da capacidade das instalações, mercê de um convênio com a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins, nos moldes de outras Escolas Presbiterianas bem sucedidas naquele Estado.

A IPB, através da JPEF continua assistindo aquela escola, participando do pagamento de metade do valor do débito financiado com o INSS.

A JPEF recebeu confirmação da Igreja Presbiteriana de Palmas pela qual demonstra interesse em assumir a Escola em sua plenitude, conforme Resolução da CE-SC/IPB-2004 Doc. CXLV. A JPEF tem agendado uma visita a cidade de Palmas, em abril deste ano objetivando a concretização da transferência.

6.2 – Escola Presbiteriana de Alta Floresta. As matrículas estão crescendo e nota-se um novo ânimo na Escola, após a reorganização do Conselho Deliberativo e da nova diretora contratada. Atualmente existem 350 alunos matriculados.

A JPEF continua atenta ao desenrolar da situação daquela escola, pois merece cuidados especiais de nossa parte, principalmente porque está com 03 contratos em aberto com a IPB/JPEF, os quais totalizam hoje R\$ 232.578,39 em valores atualizados.

Registra-se que a JPEF visitou a Escola em outubro, oportunidade em que o Estatuto foi reformulado.

VII - QUANTO AS DELIBERAÇÕES DA CE/SC-2005

CE-SC/IPB-2005 – Doc. CXLI – Quanto ao Documento n. 190, Relatório do Plano Missionário Cooperativo (PMC), referente ao exercício 2004. Informar que a JPEF, cumpriu a deliberação, apresentando relatório em documento próprio.

CE-SC/IPB-2005 – Doc. CXLVII – Quanto ao doc. 181-A. Informar que a presidência da JPEF, integrou a Comissão Especial designada para estudo do Estatuto da ABD, tendo o a reunião ocorrido na cidade de Campo Grande, em 26 de setembro. O novo Estatuto será encaminhado pela associação para conhecimento desta CE/SC.

CE-SC/IPB-2005 – Doc. CXLIX – Quanto ao doc. 179 – Projeto Capela. A JPEF após novos estudos e diante da extensão territorial, o que torna inviável o desenvolvimento de projetos alternativos, elaborou os detalhamentos de custos para construção dos templos vinculados ao Projeto Capela, conforme Relatório em apartado.

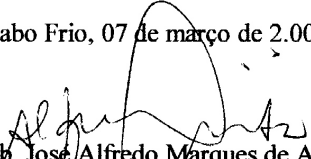
CE-SC/IPB-2005 – Doc. CIX – Formalização da relação jurídica entre IPB e APMT. Foi elaborado contrato de Comodato, por tempo indeterminado, do apartamento e respectiva vaga de garagem, para fins de atendimento aos missionários em trânsito.

CONCLUSÃO E AGRADECIMENTOS

Damos graças a Deus pela oportunidade que tivemos de colaborar e participar dos trabalhos desenvolvidos pela IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL no exercício considerado. Registramos nossos agradecimentos a todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, nos auxiliaram na realização de nossas atividades.

Agradecemos de modo especial a presidência do SC-IPB pelo apoio e orientação segura que nos propiciaram, facilitando em muito o desempenho de nossas tarefas.

Cabo Frio, 07 de março de 2.006


Presb. Jose Alfredo Marques de Almeida
Presidente da JPEF/IPB